

FILOSOFIA E A RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO: desafios para a formação crítica na sociedade contemporânea

José Mateus Bido³¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Uma proposta de análise sobre a sociedade contemporânea não pode deixar de levar em consideração o conjunto dos elementos que fortalecem a sua estrutura, bem como os que regulam as instituições que a legitimam. Considerando o Instituto Federal do Paraná como uma

³¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. É mestre em Filosofia pela UNIOESTE, Campus Toledo-PR, na linha de pesquisa Ética e Filosofia Política. Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Ciência Humanas Arnaldo Buzato (1993) - Facitol - Toledo-PR. Especialista em Filosofia: Os Valores Fundantes da Civilização Ocidental, pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão e Universidade Estadual de Londrina. Possui também especialização em Gestão Educacional e Especialização em Docência para a Educação Profissional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. É escritor do livro *A Problemática da Pós-Modernidade: Uma leitura do Homem a partir da Modernidade*, pela EDUEL. É membro fundador da Fundação São José de Ciências Humanas de Campo Mourão, pioneira no desenvolvimento do turismo religioso em Campo Mourão. É membro fundador da Academia Mourãoense de Filosofia, ocupando a Cadeira Theodor W. Adorno, de onde presidiu a instituição de 2010-2012, sendo vice-presidente na gestão 2021-2022. Atua como Professor de Filosofia no Campus Avançado Goioerê do Instituto Federal do Paraná. É pesquisador e coordenador do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Formação Docente no mesmo campus e vice-coordenador e pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação Escolar, Formação e Teoria Crítica do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) – UEM.

instituição educativa e formativa, refletir sobre os dez anos de contribuição da filosofia para o processo formativo, mediante o Grupo de Pesquisa "Filosofia, Ciência e Tecnologias", torna-se um fator determinante para o entendimento da reflexão crítica sobre o fundamento e a finalidade da pesquisa, em vista da compreensão autônoma do ser humano e suas ações cultural e produtiva na história.

Ao refletirmos a importância do Grupo de Pesquisa "Filosofia, Ciência e Tecnologias" no âmbito do campus Assis Chateaubriand e do Instituto Federal do Paraná, como uma instituição multicampi, bem como pensar o papel da reflexão filosófica sobre o processo formativo dessa iniciativa se faz necessário nos dias atuais. Primeiro, para recompor o pensamento crítico como meio formativo de uma consciência omnilateral sobre o ser e fazer do ser humano na sociedade. Segundo, para expor a condição conceitual, cultural e produtiva do trabalho que se mostra nas sociedades capitalistas, em particular, no Brasil.

Sem fugir da temática, assumimos, aqui, o percurso de pensar sobre a contribuição do grupo de pesquisa na articulação crítica entre educação e trabalho. Aproximando-se do escopo da reflexão da teoria crítica, procuraremos abordar filosoficamente o fundamento e a finalidade do conceito de trabalho e sua implicação na educação, que se mostra preponderantemente voltada para as demandas do mercado,

especialmente no projeto formativo contemporâneo assumido pela sociedade brasileira.

Partindo, assim, de uma análise da conjuntura sociocultural e político-econômica, mediante o diagnóstico crítico do problema formativo assumido pela sociedade brasileira do século XXI, ressaltamos que a sua prioridade está voltada eminentemente para o aspecto produtivo do ser humano, dado à compreensão de trabalho formulada pela perspectiva neoliberal. A base teórica que subjaz às análises inspira-se no pensamento marxiano, aportado pelos frankfurtianos Adorno e Marcuse, que visa expor os sintomas de um processo educativo fundamentado em uma pedagogia que estimula a formação da racionalidade funcional e adaptativa, instrumentalizando o pensar e o fazer do indivíduo para atender prioritariamente o sistema produtivo e as relações de consumo. Chamaremos ao debate outros pensadores que analisam contemporaneamente o neoliberalismo e sua influência determinante nas políticas para os países da América Latina e Caribe, as quais priorizam uma nova noção do trabalho, imputam novos modelos educacionais e esvaziam de sentido ontológico o fazer humano e o próprio ser humano na história.

TRABALHO E A RESSIGNIFICAÇÃO SISTÊMICA: UM DIAGNÓSTICO POSSÍVEL

“O conhecimento não tem nenhuma luz senão a que brilha sobre o mundo a partir

da redenção” (ADORNO, *Mínima Moralia*).

Parafrazeando Adorno (1969, p. 9)³², iniciamos o presente raciocínio sobre a realidade contemporânea com uma indagação: a filosofia é, ainda, importante para auxiliar na formação integral da geração de jovens brasileiros, para além da identidade produtiva assumida como prioritária na sociedade neoliberal?

O Brasil do século XXI, especialmente o compreendido a partir dos anos de 2013, vive um momento de desconstrução institucional e sociocultural de relevância ímpar em sua história. O processo de ruptura que se apresenta pelas vertentes política e econômica assumidas denota a preponderância do capital nos principais setores da sociedade. Tal ingerência alicia a política e institui a identidade conservadora, autoritária (ADORNO, 2020) e exploratória (ANTUNES, 2013a; 2013b), que fortalece ainda mais a cisão entre as classes sociais, aumenta a pobreza e a injustiça social, e expõe à condição de fome milhões de pessoas, legalmente constituídas de cidadania.

Circunstancialmente, as distintas reformas implementadas na segunda década deste século (educativa – 2015; trabalhista – 2017; previdenciária – 2019), bem como a política econômica e social, legitimam a crise humanitária em que milhões de brasileiros e

³² Esse texto pode ser lido em língua portuguesa pela tradução de Newton Ramos de Oliveira e revisão técnica de Bruno Pucci, disponível em: <http://www.unimep.br/anexo/adm/13032015162212.pdf>.

brasileiras se encontram (VEIGA-NETO, 2018). A retirada de direitos – conquistados historicamente por consciência e ação política da classe trabalhadora, entidades sindicais e movimentos sociais – revela o sentido insano da política econômica que, numa perspectiva crítico-humanista, denota a ineficiência do capitalismo para a solução dos problemas humanitários. Mas, há outra perspectiva no interior do sistema capitalista a não ser essa que se revela? Não é próprio do sistema a exploração contínua da natureza, do humano, bem como o incentivo à competitividade empreendedora e de consumo entre indivíduos para que estes sejam avaliados (BAUMAN, 2008) como mercadoria no processo?

Historicamente, o projeto capitalista faz-se presente desde o início da colonização brasileira. Entretanto, da atual conjuntura, sobressai o problema diagnosticado e analisado: o sentido formativo da filosofia frente ao conceito de trabalho na sociedade disforme. Nesse aspecto, nosso recorte volta-se para os conceitos de trabalho e educação, articulados a partir da perspectiva capitalista de expressão neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016). A exposição diagnóstica dessa articulação conceitual é enfrentada a partir da teoria crítica, embasada na tradição filosófico-dialética que visa expor os limites desse modelo de sociedade (ADORNO, 1986) por meio da denúncia do que o processo histórico, regido pelo viés capitalista, transformou a noção e a condição do trabalho (MARX, 2008) e, com ele, o próprio humano.

A filosofia, na história do Ocidente, viveu grandes desafios a partir dos quais formulou sistemas lógicos que determinaram a cultura e a sociedade de diferentes épocas. Ela também testemunhou o embate entre razões divergentes e contribuiu com distintas formas de expressão linguística na abordagem de um mesmo problema. Contudo, a efervescência da racionalidade moderna, aportada pelo advento da ciência, colocou em destaque a organização político-econômica da sociedade burguesa europeia, centrada na organização do Estado e suas instituições e no estímulo à produção para a acumulação da riqueza. A postura burguesa solidifica-se racional e linguisticamente ao instrumentalizar a razão em vista dos resultados (HORKHEIMER; ADORNO, 1985), tendo como meta prioritária o acúmulo de capital, em detrimento da condição humana no mundo. Esse pressuposto se constitui em poder de controle, voltado para o domínio sobre os meios de produção e a estratificação social. Ao priorizar o capital como fim, humano e natureza são submetidos à condição de instrumentos (meios) no processo e perdem suas identidades ontológicas (ANTUNES, 2012).

Marcuse (2010), em “Sobre os fundamentos filosóficos do conceito de trabalho da ciência econômica”, publicado em 1933, procura discutir o conceito de trabalho para além da atividade econômica. Enquanto elemento conceitual, implícito à economia política, Marcuse (2010) o apresenta, a partir de Hegel, como *fazer* e não com *atividade* humana. Ao assumir a denominação *Tun* (fazer) em

superação à *Aktivität* (atividade), Hegel sugere que o trabalho é “o puro ser para-si (*Fürsichsein*) da consciência”, inserindo-se no mundo exterior (natural) como fator substancial da permanência (MARCUSE, 2010, p. 12). Discute-se, nesse texto, a condição do trabalho produtivo e improdutivo, sob a égide da visão capitalista e o seu contraponto pela análise marxiana.

Para o pensador, Marx assume o conceito de trabalho de Hegel. Nesse sentido, aponta:

A diferença essencial em relação ao conceito de trabalho da ciência econômica: aqui o trabalho aparece como acontecimento fundamental da existência (*Dasein*) humana, como um acontecimento que domina permanente e continuamente do o Ser do homem, em que a simultaneidade acontece algo com o “mundo” do homem. Aqui o trabalho justamente não é uma “atividade” humana determinada [...]; é muito mais aquilo em que se baseia e se reflete toda atividade individual; um *fazer* (*Tun*). É esse fazer do homem como o modo de seu ser no mundo: mediante o qual ele se torna “para si” e que ele é, voltando-se para si mesmo, adquire a “forma” de seu “ser-aqui” (*Dasein*), de seu “permanecer” e simultaneamente torna o mundo “seu”. O trabalho aqui não é determinado pelo modo de seus objetos, não mediante sua finalidade, conteúdo, resultados etc., mas mediante aquilo que acontece com a existência humana ela própria no trabalho (MARCUSE, 2010, p. 13, grifo do original).

Ao considerarmos essa abordagem do pensador, ressaltamos a condição histórico-geográfica da sua reflexão. O período que marca a

redação do texto é palco de uma grande depressão econômica na Europa. Contudo, como a preocupação do pensador não é a descrição da crise da economia, mas o aspecto histórico-material do trabalho, ressaltamos o seu empenho acadêmico registrado desde a produção, em 1932, do texto que se propunha a ser a sua tese de docência. Seu esforço de conexão entre o marxismo e a reflexão sobre a práxis existencial é ressaltado na construção argumentativa sobre o trabalho como o fazer humano histórico e social. Essa postura é um enfrentamento ao sentido do trabalho como atividade produtiva, negociada e vendida a partir do *valor* do resultado produzido. Esse *valor* assumido pela lógica do capital não é determinado pela condição axiológica do *fazer* humano, mas como *valia* associada ao *uso* ou *troca* do que produz: mercadoria (MARX, 2008, p. 58s).

Por se tratar de uma ação consciente humana, em vista da humanização de si mesmo, Marcuse (2010, p. 19) procura pelo “sentido e a função do fazer no plano do trabalho”, fundamentado no “modo do acontecer humano no mundo”, de sorte que necessita ser compreendido como “fazer (*Tun*), práxis”. Esse fazer – enquanto acontecimento histórico-social da vida humana – se torna “práxis”, pois é por meio da “práxis” que se realiza a “sua própria existência”. Nesse sentido, o trabalho corresponde ao “fazer-acontecer” consciente no processo de construção de si, enquanto agente de “produção” e “reprodução”, sem limitar o fazer como uma ação prioritariamente econômica, mas como

“o modo de fazer-acontecer da existência humana como um todo”. Para o pensador, a finalidade do trabalho, enquanto fazer, dá-se como “apropriação, superação, transformação e continuação de toda a existência em todas as suas esferas vitais” (MARCUSE, 2010, p. 19). Porém, ressalta-se que é um fazer em conformidade com um fim e marcado, fundamentalmente, pela consciência do processo.

Essa análise de Marcuse (2010), como leitor de Heidegger, Hegel e Marx, dá-se a partir dos efeitos da produção industrial do final do século XIX e início do século XX, especialmente a partir do modelo de produção taylorista. Esse modelo produtivo determina a condição histórica do conceito de trabalho, manifestando-se como mecanismo adaptativo do(a) trabalhador(a) ao tempo e à cadência da máquina e visa o trabalho ininterrupto com propósito de maior produtividade no tempo determinado para a produção (HARVEY, 2018, p. 129). Por outro lado, o processo produtivo industrial (HARVEY, 1993), remodelado pelo fordismo no início do século XX, contribuiu para a desqualificação do conceito de trabalho como fazer ontológico e existencial do(a) trabalhador(a). Esse contexto não escapa do horizonte investigativo do pensador (MARCUSE, 1969; 1973; 1999).

O modelo produtivo do século XX passou a reconfigurar, também, a consciência e a vivência histórico-social da noção cultural de tempo. O tempo histórico, compreendido como a consciência humana sobre a sua existência concreta – constituída pela vivência

cotidiana no enfrentamento dos desafios da vida –, passa a ser transformado, pela conjuntura idiossincrática que fixa o *momento produtivo*, em tempo cronológico. O *fazer* humano dissolve-se na *atividade* produtiva, regulada pelo *tempo pago* pela produção. A existência histórica do humano passa a ser submetida às regras que regem o contrato de trabalho, de sorte que a vida é cronologicamente planejada e avaliada como tempo produtivo e tempo improdutivo. A competitividade entre agentes produtivos (indivíduos empregados ou prestadores de serviços) tende à busca pelo estabelecimento do tempo dedicado à existência social e psicológica, em tempo de planejamento e de avaliação; enfim, em tempo adicional dedicado à manutenção do valor produtivo implícito ao mercado.

Essa condição dicotômica entre o tempo histórico-existencial e o tempo cronológico perpassa a noção de trabalho físico e engloba o trabalho intelectual. A noção de produtividade para o mercado extrapola o âmbito da Pessoa Jurídica e se consolida nos meios que revelam as produtividades educativas e acadêmicas, precisamente porque a cultura empresarial passa a determinar as relações pessoais e institucionais. Essa lógica, que também se faz presente no meio acadêmico, é consolidada pelas instâncias superiores institucionais para quantificar a produção intelectual de um(a) estudante e de um(a) professor(a) e/ou pesquisador(a). O tempo cronológico regula a ação intelectual a partir das horas diárias, semanais, mensais e anuais trabalhadas. A

quantificação dessa produtividade é determinada pelos indicadores que geram grau de competitividade que cada indivíduo possui no processo de gestão de seu tempo e sua carreira acadêmica.

No âmbito de um grupo de pesquisa, face à lógica neoliberal imperante, o(a) próprio(a) pesquisador(a), enquanto trabalhador(a) intelectual (mas física e historicamente comprometido (a) com o meio social), é assumido(a) como capital humano no programa ou projeto produtivo interno. As horas dedicadas às leituras, estudos, produções de textos, tecnologias e inovações são quantificadas e validadas como condição cronológica, somadas às demais horas atividades pelas quais o indivíduo foi contratado para realizar. Essa cultura tende a destituir a condição existencial e ontológica *do tempo do ser* que é dedicado ao trabalho. Essa mecânica produtiva esvazia o sentido do trabalho ontológico e petrifica o(a) trabalhador(a) à condição do fazer quantificado e valorado monetariamente.

O tornar-se produtivo passou a ser aferido por indicadores institucionais, os quais apresentam-se como meios de progressão funcional ou valor de empregabilidade individual e estabelece o sentido de fazer, voltando-o prioritariamente para a quantificação implícita no resultado do seu produto ou serviço (MARCUSE, 2009). Entretanto, o trabalho desenvolvido pelo(a) professor(a) e pelo(a) pesquisador(a) é superior a essa lógica. Além de realizar-se, enquanto trabalhador(a), o professor(a)/pesquisador(a), pelo trabalho, imputa ao seu fazer uma

identidade única e presentifica o seu tempo histórico-existencial, mesmo que regulado pelo tempo cronológico.

A consciência individual que caracteriza o *ser epistêmico* do(a) professor(a)/pesquisador(a), requalifica o seu sentido de sujeito histórico e estabelece uma relação sociocultural que extrapola a rasa noção formulada pela sociedade capitalista contemporânea. Nessa perspectiva, a crítica filosófica sobre os conceitos: processo e resultado, que acompanham o sentido ontológico do trabalho, tem o potencial de fortalecer o seu esforço racional e pedagógico para expor ainda mais os limites da sociedade neoliberal contemporânea, especialmente na compreensão do ser humano como ser prioritariamente produtivo e, portanto, reificado.

Celebrar os 10 anos do grupo de pesquisa "Filosofia, Ciência e Tecnologias" já revela, em si, uma preocupação da filosofia em não perder de vista o seu sentido formativo no processo da pesquisa. Esse ato procura revelar a consciência crítica de seus(as) pesquisadores(as) em repensar a condição da educação, do trabalho e da tecnologia, bem como da sociedade e da cultura, especialmente no momento histórico em que a filosofia é esvaziada em sentido e em materialidade pela Base Nacional Comum Curricular em curso (ANPED, 2018).

A NOVA “MORFOLOGIA” DO TRABALHO: PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE

A concepção socioprodutiva que se institui a partir das revoluções industrial e tecnológica é determinante também para a educação da pessoa, prioritariamente como agente produtivo (LAVAL, 2019). A determinação do tempo cronológico em relação ao tempo histórico é fator de ajustes socioculturais que passam a determinar a condição da política e da economia no século XX e a interferir diretamente no processo educativo do século XXI. A cultura que fundamenta os valores do capital congrega o sentido de educação pelo qual são estabelecidas as regras do “grande mercado da educação” (LAVAL, 2019, 127), respaldadas pelas demandas do mercado de trabalho. Da infância à juventude, o ser humano é educado para compreender-se prioritariamente como ser produtivo, ajustando a sua existência pela noção de tempo de trabalho e pela remuneração do seu esforço físico e/ou mental, empregados em sua atividade. A condição fundamental do tempo da existência humana, encarado a partir da lógica capitalista, corresponde às horas empregadas e pagas para a execução diária de ação produtiva. Quase todos os esforços se voltam para a sobrevivência.

Na lógica do mercado em curso, o significado de *ser* é disposto a partir do nível de competitividade produtiva para *gerar* capital e garantir a sua permanência no processo como *valor* implícito ao que produz (BAUMAN, 2008, p. 70). Para tanto, a gerência do tempo histórico-existencial corresponde ao planejamento diário, mensal e

anual da atividade produtiva. Imerso nesse processo, o ser humano perde a consciência de “ser para si”, alienando-se como ser para o capital. A sua existência, enquanto consciência do “ser-aqui”, esvazia-se de sentido ao ser assumida como “mercadoria” (MARX, 2008, p. 57) no percurso do tempo cronológico. O modelo capitalista passa a atribuir maior valor de mercado ao ser humano, enquanto perdurar a sua condição produtiva. O significado humano é impresso no que produz, pois a produção é assumida como a expressão do seu existir.

Entretanto, um contraponto a essa lógica é necessário. A existência da humanidade – enquanto categoria – e do(a) trabalhador(a) – enquanto realidade concreta – é determinada pela materialidade e historicidade da consciência que o ser humano formula de si mesmo. Nesse aspecto, o processo educativo assume a tarefa da formação do ser humano para responder ou corresponder aos desafios histórico-produtivo, político-econômico e sociocultural. Para tanto, é preciso lucidez na constatação e análise desse percurso formativo institucionalizado, especialmente por ele compreender e aportar, em si mesmo, os conceitos de educação e trabalho. Educar não é só adaptar o indivíduo ao meio. É, também, criar as condições para que ele tenha consciência desse meio em que vive.

Nesse aspecto, a questão sobre o fundamento e a finalidade da educação se faz necessária. Ao considerarmos a conjuntura que regula as relações socioprodutivas no presente século, tal questão solidifica o

anseio filosófico da crítica, em denunciar a força ideológica que fundamenta as relações produtivas como prioritárias. Por outro lado, a filosofia precisa assumir com maior lucidez a tarefa de pensar-se também como fundamento formativo, mesmo que a presente postura educacional oficializada pela égide neoliberal, insistentemente, tenta esvaziá-la de sua tradição cultural e histórica, bem como de sua finalidade (ARENDDT, 2009a, p. 234). A filosofia revela-se como processo formativo de resistência diante da proposta da formação de uma racionalidade condicionada, funcional, adaptada e instrumentalizada, na medida em que assume a sua postura de crítica reflexiva de denunciar aquilo que retira do humano a dignidade de ser e existir.

Sem perder o foco do problema que nos instiga à presente reflexão, chamamos ao texto a filosofia, não enquanto disciplina do currículo apenas, mas como postura crítica sobre o fundamento e finalidade da educação no século XXI. Perguntar se ela, ainda, é importante para auxiliar na formação integral da geração de jovens brasileiros, para além da identidade produtiva assumida como prioritária pela sociedade neoliberal, faz-se fundamental para analisar o projeto formativo em curso.

Com vistas na formação para a manutenção da lógica produtiva do capitalismo, revestido da máscara neoliberal, a filosofia apresenta-se como inútil (na conjuntura socioprodutiva) e ineficaz (no processo

educacional). O propósito educacional neoliberal baseia-se em um projeto de formação para a adaptação e condicionamento do indivíduo ao meio produtivo, de sorte que a consciência de si do sujeito se constitui a partir da competitividade. Nesse aspecto, a finalidade formativa do modelo social caracteriza-se pelo preparo dos jovens para a concorrência individual, expressa como fator de sobrevivência profissional e produtiva. A logicidade que estabelece essa perspectiva educacional fundamenta-se no condicionamento racional, técnico e tecnológico que legitima a cultura para a adaptação (ARENDDT, 2009b, p. 271) contínua às diferentes tendências que o capitalismo assume para regular a produção e concentração de riqueza (HARVEY, 2011, p. 55).

Por esse escopo, a educação esvazia-se da sua dimensão psíquica – formação para a identidade do eu de consciência individual e social –, da sua condição ética-moral – formação da pessoa como um ser de relações livres e responsáveis, pautada em valores histórico-sociais –, da sua condição política – formação do humano como corresponsável pela construção do seu meio social – e da sua dimensão epistêmica – formação da racionalidade crítico-científica do sujeito na história. A formação adaptativa, funcional e ajustada prioritariamente para a atividade produtiva destitui a condição omnilateral e institui a visão unidimensional do humano (MARCUSE, 1973). O princípio que rege as relações humanas é o princípio do desempenho ou o princípio da competência.

Entretanto, o modelo educativo que se apresenta na nova Base Nacional Comum Curricular, ao ser submetido à análise crítica, revela-se como o ajustamento e condicionamento do ser humano para a sua adaptação, como indivíduo competidor, no processo produtivo. O aspecto epistêmico é ajustado prioritariamente para a formação de uma racionalidade instrumentalizada, que prioriza os resultados esperados pelo sistema produtivo, mantendo a ideia de integração social. Ao tornar a razão instrumento do processo produtivo, amparando a ciência e a tecnologia como meios os positivos, tem-se a instituição da crise na formação cultural, analisada por Adorno (1996). Ao refletir sobre a crise da formação cultural do século XX, expressa pelo fortalecimento da indústria cultural, Adorno denomina aquela formação como *Halbbildung*³³, que em português nos remete ao sentido de uma pseudocultura, ou uma formação humana superficial.

O termo pseudoformação, com todo seu conjunto idiossincrático, é tido pela constituição do humano como alheio à sua própria identidade de ser, como indivíduo e/ou pertencente ao meio social. Nesse aspecto, o emprego de *Halbbildung* remete ao entendimento do processo formativo que sustenta uma concepção de formação alheia ao seu sentido radical: cultura, “[...] pois educação não

³³ Ao ser traduzido para o espanhol, o termo assume a perspectiva conceitual de “pseudocultura” (ADORNO, 2004). Já pela tradução para o português, tem-se a designação terminológica de “semicultura” (ADORNO, 1996).

é outra coisa que cultura segundo o aspecto de sua apropriação subjetiva” (ADORNO, 2004, p. 87)³⁴.

Para Adorno, a educação revela-se no processo de formação cultural. Por isso, a concepção filosófico-pedagógica – definida como formação ou processo educativo – coloca-se em dissonância com o projeto de formação reflexiva, constituindo a pseudoformação cultural (BIDO, 2018, p. 37).

A leitura filosófica sobre o contexto constituído pela racionalidade ocidental permite a Horkheimer e a Adorno um posicionamento não somente de retrospectiva, mas também de perspectiva:

A crítica teórica e prática tem que se focalizar inicialmente a causa primeira da miséria, a economia. Mas, julgar também as formas de sociedade futura, baseando-se apenas na economia, não seria um pensamento dialético, mas sim mecanicista. A transformação histórica não deixa intocáveis as esferas culturais. E se no estado atual da sociedade a economia domina os homens e constitui, por isso, a alavanca com a qual esse estado deve ser transformado face às necessidades naturais, no fundo os homens mesmos devem determinar os seus relacionamentos. Por isso, os dados econômicos isolados também não constituem a medida com a qual se poderá avaliar a comunidade futura. Isto é válido também para o período de transformação no qual a política ganha uma nova

³⁴ Texto original: “Pues educación no es outra cosa que cultura según el aspecto de su apropiación subjetiva” (ADORNO, 2004, p. 87).

autonomia em relação à economia
(HORKHEIMER; ADORNO, 1991, p. 72-73).

Ao retornarmos ao pensamento de Adorno, destaca-se que a formação cultural está posta como promotora do ser humano que pensa e que age envolto pelos contextos histórico-social e político-econômico, nos quais a reflexão e a ação são forças motrizes para a crítica sobre os meios que subtraem a dignidade humana, na estrutura de sua vida, bem como para a crítica do que descaracteriza a condição de humano como finalidade. Decorrem, dessa análise do pensador, as noções de autonomia e emancipação.

A autonomia e a emancipação remetem à razão que pensa a si mesma, por si mesma, sem receio da negação, revelando as contradições e se libertando do fetiche burguês a que foi submetida. No entanto, se a racionalidade iluminista fez críticas à tradição escolástica, que crítica pode denunciar a razão iluminista? Aquela que não legitima o real, mas inquire a condição de ser e de fazer do humano no real, ou seja, a crítica dialética cujo processo pode promover a “[...] produção de uma consciência verdadeira” (ADORNO, 2006, p. 141); consciência que denuncia a ideologia a qual aprisiona o humano no processo reificador da produção. Nesses termos, é crítica da irracionalidade que promove a barbárie e justifica Auschwitz (ADORNO, 2006) e todo projeto formador centrado na modelagem de pessoas ao meio. É crítica dialética da pseudoformação cultural.

Há que se destacar também, nesta nossa reflexão, a destituição cultural do sentido de classe que marcava as posturas de resistência dos(as) trabalhadores(as), fundamentada no sentido histórico-social do conceito de trabalho (MATTOS, 2019) e regulada pela estratégia capitalista de expor a crise do marxismo contemporâneo. Esse mecanismo ideológico não pode estar fora da análise crítica da filosofia contemporânea, especialmente na academia, nos movimentos sociais e nos grupos constituídos para a pesquisa de caráter crítico-formativo.

A reconceituação e reestruturação do trabalho, como estratégia do capitalismo contemporâneo, não atinge somente as relações produtivas e as modalidades de acúmulo do capital. Conecta-se, também, diretamente ao conceito de trabalhador(a). A construção linguística que vai fundamentando o esvaziamento de sentido do termo “proletário” está em sintonia com a cultura, dada na história, pela ingerência do capitalismo, de uma nova compreensão sobre o trabalho humano.

Antunes (2013a) chama a atenção para o estranhamento a que a subjetividade do(a) trabalhador(a) é submetida. A leitura de Antunes está em sintonia com a perspectiva marxiana. Para Marx (2004, p. 82),

Quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valor cria, mais sem-valor e indigno se torna; quanto mais bem formado do seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o

trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.

Segundo Antunes, o processo produtivo de serviços da era digital revela uma subjetividade “*estranhada* em relação ao *que se produz e para quem se produz*” (ANTUNES, 2013a, p. 130, grifo do autor). Por outro lado, a precarização do trabalho (ANTUNES, 2013b; 2020, p. 157), resultado da crescente implementação dos programas de qualidade, liga-se à flexibilidade e à informalidade (ANTUNES, 2020, p. 123). Esses fatores, associados – e decorrentes – do modelo capitalista, evidencia uma nova “morfologia do trabalho no Brasil”, implicando em uma “nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil”, classificando e definindo setores como o “operariado da indústria, do agronegócio e dos serviços” (ANTUNES, 2020, p. 121).

Será que é para atender a essa “nova morfologia” do trabalho e do(a) trabalhador(a) que se institui a reforma educativa de 2015? É para garantir a precarização, a flexibilização e a informalidade que buscou construir a reforma trabalhista de 2017 e a previdenciária de 2019? A retórica das perguntas provoca a leitura compreensiva que o interlocutor faz do tema abordado. Nesse sentido, à filosofia, vivida no âmago do Instituto Federal do Paraná, ao fazer parte constitutiva dos componentes curriculares e de diferentes projetos de pesquisa, cabe a tarefa de inquirir sobre a resignificação do trabalho no presente século. Como a instituição se constitui para a promoção da Educação Profissional e

Tecnológica, o desafio da filosofia faz-se presente, também, no projeto de uma formação crítica, denunciadora da ideologia capitalista neoliberal, que legitima a identidade produtiva em curso.

Para ser um percurso e fator de resistência, a filosofia revela-se importante para auxiliar na formação integral da geração de jovens brasileiros, para além da identidade produtiva assumida como prioritária na sociedade neoliberal. Entretanto, não sozinha, mas sim articulada com a leitura histórica, sociológica, linguística e fundamentada na geografia humano-social. A articulação de diferentes abordagens torna-se fator essencial para o fortalecimento das Ciências Humanas e a compreensão histórico-política da filosofia. Para tanto, a participação de docentes e pesquisadores(as) no grupo de pesquisa "Filosofia, Ciência e Tecnologias" amplia a oportunidade dialética de trazer ao cenário do mundo do trabalho os conceitos, fundamentos e finalidades da educação, da ciência e da tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diariamente, ao empregar seus esforços físicos e mentais para a realização de uma atividade produtiva, o(a) trabalhador(a) é forçado(a) a reproduzir a lógica da cultura, da sociedade e da política que regula as condições do trabalho. O pensamento crítico, diante da luta diária pela sobrevivência, perde gradativamente sua intensidade e identidade axiológica. Associados a essa lógica, os programas educacionais

apontam para o atendimento das demandas apresentadas pelo mercado de trabalho, adaptando o processo educativo às regras do mercado produtivo e da dinâmica do consumo.

O pensar crítico esvazia-se de intensidade e destitui, conseqüentemente, o indivíduo de uma análise profunda sobre si mesmo e do meio em que se encontra. A adaptação e a programação da razão mostram-se com maior utilidade na garantia da entrega do produto ou serviço comprado. Não é mais importante “pensar” o processo produtivo, bem como as etapas do desenvolvimento do trabalho. A atividade estratégica é assumida a partir das ciências que dão o suporte de gestão e administração do processo.

A mecanização da consciência gestora e da atividade produtora constroem uma nova subjetividade existencial e produtiva. Assumida como ajustável e moldável, a subjetividade produtiva reinventa-se continuamente, pois a ela é dada a tarefa de manter a sua competitividade em empreender para sobreviver. A condição ontológica (LUKÁCS, 2012; 2013) que substancia o fazer humano – compreendido como trabalho – é suplantada no processo produtivo capitalista e transformada pelo neoliberalismo numa atividade de troca.

Uma racionalidade crítica deve reagir ao efeito econômico-produtivo e sociocultural do capitalismo contemporâneo. A postura da filosofia em diagnosticar e analisar criticamente o conceito e as condições de trabalho na contemporaneidade, especialmente

conectadas ao escopo formativo da Educação Profissional e Tecnológica, ganha reforço pelos grupos de pesquisas constituídos. Pensar o processo formativo à luz da compreensão que se tem sobre trabalho, avaliando seus fundamentos, seus métodos e suas finalidades, prescinde de uma postura racional que supere as vertentes filosóficas utilitaristas e positivistas, que ainda se fazem presentes na fundamentação teórica de posturas pedagógicas que sustentam a educação básica e superior.

O intercâmbio de ideias entre pensadores(as) e pesquisadores(as) de distintas análises filosóficas, sociológicas, científicas, técnicas e tecnológicas que se reúnem no grupo de pesquisa "Filosofia, Ciência e Tecnologias" denota o real valor implícito no trabalho de cada um e de cada uma de seus membros. O respeito ao divergente é prerrogativa para a posição dos contrários, enquanto diagnóstico e análise da sociedade presentificada no agora, nunca como meio de embate apaixonado de ideias individualizadas ou afrontas pessoais. A maturidade racional, que fundamenta o projeto de criação e implantação do grupo e respalda a seleção e inclusão de seus membros, revela o valor da filosofia como reflexão para a autonomia racional e não para a uniformidade institucional. O fazer histórico do grupo de pesquisa não desconsidera a dimensão ontológica do trabalho de seus(as) pesquisadores(as). Ao contrário, contribui para ser expressão de seres humanos que se fazem e refazem pelo que fazem.

Ao abrir espaço para que se comemore os dez anos de ações reflexivas e produtivas, com dimensões analíticas e transformadoras, o grupo de pesquisa "Filosofia, Ciência e Tecnologias" colabora em consolidar a missão do IFPR, a realizar a sua visão de futuro e os seus valores constitutivos, não como diretrizes estáticas, mas como postura histórico-cultural que se materializa a partir da participação de cada e todas as pessoas do grupo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ADORNO, Theodor W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial? In. COHN, Gabriel (Org.). **Theodor W Adorno: sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 62-75.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ADORNO, Theodor W. **Escritos sociológicos I**. Obras completas, 8. Akal básica de bolso 68. Madrid: Fernández Ciudad, 2004.

ADORNO, Theodor W. **Intervenciones: nueve modelos de crítica**. Caracas/Venezuela: Monte Avila Editores, 1969.

ADORNO, Theodor W. Teoría de la pseudocultura. In: ADORNO, Theodor W. **Escritos sociológicos I**. Obras completas, Vol. 8. Tradução: Agustín González Ruiz. Madrid, Espanha: Ediciones Akal, S.A. 2004. P. 86-113).

ADORNO, Theodor. Teoria da semicultura. **Educação & Sociedade**. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu. Campinas, SP: Papyrus, n°. 56, ano XVII, dezembro de 1996. p. 388-411.

ANPED. **A proposta de BNCC do ensino médio**: alguns pontos para o debate. Rio de Janeiro: ANPED, 2018. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/anped_contra_bnc_em_para_cne_maio_2018.pdf Acesso em: 20/04/2022.

ANTUNES, Caio. **A educação em Mészáros**: trabalho, alienação e emancipação. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Boitempo, 2013b. p. 13-27.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARENDT, Hannah. A crise na educação. In.: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009a. p. 221-247.

ARENDT, Hannah. A crise na Cultura: sua importância social e política. In.: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009b. p. 248-281.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**. A transformação das pessoas em mercadoria. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIDO, José Mateus. **Formação de professores no Instituto Federal do Paraná à luz da teoria crítica**. Tese de Doutorado em Educação – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Maria Terezinha Bellanda Galuch. Maringá, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do Mundo**. Ensaios sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Textos escolhidos**. 5. ed. São Paulo: Nova cultural, 1991. (Os pensadores; 16).

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Vol. 01. São Paulo, Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Vol. 02. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade Industrial**: o homem unidimensional. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARCUSE, Herbert. A responsabilidade da ciência. In: **scientiæ zudia**, v. 7, n. 1. São Paulo, 2009, p. 159-64. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11170> Acesso em: 21 abril 2022.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução**: Hegel e o advento da teoria social. Rio de Janeiro: Saga S.A., 1969.

MARCUSE, Herbert. Sobre os fundamentos filosóficos do conceito de trabalho da ciência econômica. In: MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. Vol. II. Tradução: Wolfgang Leo Maar; Isabel Maria Loureiro; Robespierre de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2010. P. 7-50.

MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Fundação da Editora da Unesp, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro I. Tradução: Reginaldo de Sant'Anna. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. Neoliberalismo e Educação: os desafios do precariado. In: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault**: a arte neoliberal de governar e a Educação. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 33-44.